

Crise na Europa

Greve Geral na Itália

Trabalhadores vinculados ao maior sindicato da Itália fizeram uma greve nacional nesta sexta-feira (25 de junho) contra os cortes de gastos previstos pelo governo Silvio Berlusconi, de extrema direita. A intenção do governo italiano é reduzir o endividamento público através de cortes no orçamento da saúde, educação e de direitos trabalhistas. Depois de terem gastos bilhões de euros para salvar o sistema financeiro da crise, querem agora cobrar a fatura dos trabalhadores.

Após a crise da Grécia, estas medidas de austeridades (que inclui aumento de impostos e reduções de salários) tem se repetido em toda a Europa, gerando insatisfação popular e protestos. Além da Grécia e da Itália, as manifestações dos sindicatos tem se alastrado por países como a Espanha, Irlanda e Portugal.

A união européia recorreu ao FMI (Fundo Monetário Internacional), que em troca do empréstimo concedido, de 750 bilhões de Euros

(R\$ 1,75 trilhão), vem exigindo o aprofundamento das políticas neoliberais. A crise que atinge os países da união européia comprovam duas teses fundamentais:

1) a maior crise recente do capitalismo, iniciada em 2008 com a explosão da bolha imobiliária nos EUA, não foi solucionada, sendo que todas as medidas adotadas para socorrer os bancos foram apenas paliativas, sem que houvesse qualquer alteração



na regulação do sistema financeiro internacional; 2) são os trabalhadores, mais uma vez, os que perdem com a crise, tendo agora que enfrentar o corte de direitos e mesmo de salários para que o estado possa “economizar” recursos para cobrir o rombo provocado pela crise dos bancos.

As chuvas no Nordeste e o “kit catástrofe”

As chuvas em Alagoas e Pernambuco já mataram dezenas de pessoas e fizeram desaparecer outras centenas. A história é sempre a mesma: investe-se muito pouco nas políticas preventivas, e quando os desastres acontecem, os governos, com o apoio dos grandes meios de comunicação, agem de forma sensacionalista, fazem campanhas de doação de donativos, colocam a culpa na natureza e negam-se a enfrentar os verdadeiros motivos que provocam os desastres.

Foi exatamente isso que aconteceu no Rio de Janeiro, dois meses atrás, quando as fortes chuvas provocaram centenas de mortes por desabamento. Até hoje, as famílias continuam morando no mesmo lugar, sujeitas aos mesmos riscos, e a espera de um novo desastre. No caso de Santa Catarina, atingida pelas chuvas em abril, parte dos recursos ainda não chegou. O mesmo ocorre no caso do Rio Grande do Sul, atingido em novembro

de 2009. Enquanto isso, a Lei Orçamentária de 2010 reservou somente R\$ 318 milhões para o Programa de “Prevenção e Preparação para Desastres”, o que representa 1.194 vezes menos que os gastos com a dívida pública federal no ano passado. Durante o ano, a previsão de recursos do programa subiu levemente, para R\$ 576 milhões. Porém, até 17 de junho, apenas R\$ 3 milhões, ou 1% do previsto no início do ano, haviam sido gastos. Enquanto os pagamentos dos títulos da dívida pública são feitos em dia, ou até antecipadamente e por vezes com ágio de até mais de 50%, os gastos sociais são contingenciados. E somente depois de uma grande tragédia, com muitos mortos, o governo lança mão do seu “kit catástrofe”, liberando poucos recursos para combater os efeitos e não as causas das enchentes que ocorrem periodicamente no país.





Indústria Farmacêutica é proibida de dar palestras

A indústria farmacêutica foi proibida de promover palestras em um dos maiores congressos médicos do mundo, o da American Heart Association, marcado para novembro em Chicago (EUA). Tanto lá, como no Brasil, o debate sobre a interferência das indústrias farmacêuticas na atuação do médico tem sido intensa e muito polêmica. A decisão nos Estados Unidos partiu de um órgão do sistema nacional de saúde norte-americano (INH), que credencia cursos de educação continuada, e foi acatada pela associação de médicos. A principal justificativa para o veto é que eventos de educação médica continuada

devem ser isentos, e não parte de uma estratégia de marketing da indústria. Para especialistas, é comum a indústria divulgar nesses eventos informações enviesadas, que valorizam apenas aspectos positivos de uma determinada droga.

No Brasil, mais da metade do custo financeiro de um congresso médico é bancado pela indústria farmacêutica e de equipamentos através da Interfarma (Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa). No congresso da Sociedade Brasileira de Cardiologia, que acontece em setembro em Belo Horizonte, tudo tem patrocínio da indústria, do papel timbrado ao jantar do presidente. A Interfarma reúne 29 laboratórios, a maioria multinacionais, que representam 54% do mercado brasileiro de medicamentos.

Luna Filho, do Cremesp (Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo), considera que a “a proposta [americana] é auspiciosa. No Brasil, estamos muito longe disso. Grande parte dos médicos envolvidos com a indústria nem declara que é empregado dela. Colocam-se como professores, pesquisadores. Mas se eu tenho um contrato de prestação de serviços para apresentações em congresso, eu sou empregado dela.” Segundo ele, as informações divulgadas em eventos da indústria dentro dos congressos são enviesadas. “Muitas vezes, a indústria diz que o produto dela é melhor que o do outro, mas é só opinião. Não há evidência científica da superioridade em relação à outra droga. Mas não há pessoas que contestem isso. Existe só um lado.”

Fonte: FENAFAR - Federação Nacional dos Farmacêuticos

“Repartir a terra para multiplicar o pão.”

Esta campanha foi criada em 2000 pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA), com o objetivo de conscientizar e mobilizar a sociedade brasileira sobre a necessidade e a importância de se estabelecer um limite para a propriedade da terra no Brasil, que é o segundo maior concentrador do mundo, perdendo apenas para o Paraguai.

Mais de 50 entidades, organizações, movimentos e pastorais sociais que compõem o FNRA estão engajadas na articulação massiva em todos os estados do país, além de centenas de outras organizações

e pessoas que já aderiram a este importante movimento.

Entre os dias 01 e 07 de setembro de 2010, será realizado o Plebiscito Popular pelo limite da terra.

Este será mais um ato concreto do povo brasileiro contra a concentração de terras no país. O objetivo final é pressionar o Congresso Nacional para que seja incluído um novo inciso no artigo 186 da Constituição Brasileira, que trata da Função Social da terra, para limitar o tamanho máximo da

propriedade em 35 módulos fiscais, medida sugerida pela campanha do FNRA. Se você concorda com o limite máximo para as propriedades rurais e com o fim dos grandes latifúndios no Brasil, então diga: “Eu apoio a proposta de emenda à Constituição que limita o tamanho da propriedade da terra no Brasil!”



Abaixo assinado pelo limite da propriedade da terra. [CLIQUE E PARTICIPE.](#)

O Brasil que não muda!

Mais de um terço dos brasileiros dizem passar fome às vezes ou sempre, segundo dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Aproximadamente 35% dos entrevistados pelo Instituto entre 2008 e 2009 declararam que não comem o suficiente às vezes ou sempre. Desses, 9% declaram que normalmente não se alimentam o suficiente.



Anvisa volta a denunciar níveis elevados de agrotóxicos

Agrotóxicos que apresentam alto risco para a saúde da população são utilizados, no Brasil, sem levar em consideração a existência ou não de autorização do Governo Federal para o uso em determinado alimento. É o que apontam os novos dados do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), divulgados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), nesta quarta-feira (23 de junho), em Brasília (DF).

Mais uma vez, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) denuncia os níveis acima do permitido de vários agrotóxicos na produção de alimentos brasileira. Segundo levantamento sobre a produção de 2009, vários alimentos apresentaram números muito perigosos. Por exemplo: 80% das amostras de pimentão foram consideradas insatisfatórias; bem como 56% das amostras de uva; 54% do pepino; 50% do morango.

Produtos químicos que já foram proibidos em outros países e que estão em reavaliação ainda são encontrados em diversas culturas no Brasil. É o caso de endossulfan, acefato e os metamidofos, usados em cebola, tomate, alface, cenoura, pimentão e pepino.

O endossulfan é um inseticida altamente tóxico, banido em mais de 62 países, incluindo a União Europeia e várias nações ao oeste da África e asiáticas, mas continua sendo extensivamente usado na Índia, Brasil e Austrália, por exemplo. É produzido pela Bayer CropScience, Makhteshim Agan e pelo governo indiano - dono da Hindustan Insecticides Limited, entre outras. Devido ao seu risco ao meio ambiente, um banimento global do uso e produção do endossulfan está sendo considerado pela convenção de Estocolmo.